



## **Home visiting in early intervention: professional's perception in the north of Portugal**

## **Intervenção precoce no domicílio: perspetivas de profissionais das equipas de intervenção precoce na infância, da zona norte de Portugal**

Cristina Filipa Nunes Borges,  
Ana Paula da Silva Pereira,

*Centre for Research in Education (CIEd)  
Institute of Education, University of Minho, Portugal*

### **Journal for Educators, Teachers and Trainers, Vol. 10 (2)**

<http://www.ugr.es/~jett/index.php>

Date of reception: 04 June 2018

Date of revision: 09 November 2018

Date of acceptance: 25 October 2019

Borges, C.F. & Pereira, A.P.S. (2019). Intervenção precoce no domicílio: perspetivas de profissionais das equipas de intervenção precoce na infância, da zona norte de Portugal. *Journal for Educators, Teachers and Trainers*, Vol. 10(2), pp. 52 – 63.



**Home visiting in early intervention: professional's perception in the north of Portugal**

**Intervenção precoce no domicílio: perspetivas de profissionais das equipas de intervenção precoce na infância, da zona norte de Portugal**

Cristina Filipa Nunes Borges, [cristinaborges08@gmail.com](mailto:cristinaborges08@gmail.com)  
Ana Paula da Silva Pereira, [appereira@ie.uminho.pt](mailto:appereira@ie.uminho.pt)

Centre for Research in Education (CIEd)  
Institute of Education, University of Minho, Portugal

**Abstract**

The Early Intervention carried out in the natural context of the child, particularly at home, has been presenting better and growing indicators of benefits, since it is an environment in which the child and family feel more comfortable and in which the professional considers establishing a more positive relationship with the family. Therefore, the purpose of this study was to understand, from the professionals' point of view, the set of benefits and fragilities for the families and for the professional, of Early Intervention support at home. For that purpose, a qualitative methodology was used, using the semi-structured interview as a data collection tool. Professionals report that families feel safer when they are supported in this context because they consider it a demurer and more private environment, thus allowing a greater proximity to the professional. They also consider that parents should be encouraged and empowered to participate actively in the whole support process, while emphasizing the need to enhance their skills and provide them with information and strategies that encourage them to participate. They highlight as fragility of home support, the difficulty of entering families' homes because they feel that they are invading their privacy

**Resumo**

A Intervenção Precoce (IP) realizada nos contextos naturais da criança, nomeadamente no domicílio, tem vindo a apresentar cada vez melhores indicadores de benefícios, pois é um ambiente em que a criança e a família se sentem mais à vontade e no qual o profissional considera estabelecer uma relação mais positiva com a família. Assim sendo, o presente estudo teve como finalidade compreender, do ponto de vista do profissional, o conjunto de benefícios e fragilidades para as famílias e para o profissional, do apoio da IP no domicílio. Para esse fim, foi utilizada uma metodologia qualitativa, utilizando a entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de dados. Os profissionais referem que as famílias se sentem mais seguras pelo facto de serem apoiadas neste contexto pois consideram que é um ambiente mais recatado e privado, permitindo assim uma maior proximidade com o profissional. Consideram que os pais devem ser incentivados e capacitados para uma participação ativa em todo o processo de apoio, realçando ainda a necessidade do profissional fornecer à família informações e estratégias promotoras de competência que permitam melhorar os seus níveis de participação. Destacam como fragilidade do apoio domiciliário, a dificuldade em entrar em casa das famílias por sentirem que estão a invadir a sua privacidade

**Keywords**

Early Intervention; Family; Home visit; Natural contexts; Professionals

**Palavras-chave:**

Intervenção Precoce; Família; Apoio Domiciliário; Contextos Naturais; Profissionais

## 1. Introdução

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de Outubro, cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). De acordo com o 1º artigo deste decreto, este sistema consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, que pretendem assegurar as condições de desenvolvimento das crianças, dos 0 e aos 6 anos, com risco grave de atraso no desenvolvimento, ou com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social e também a sua participação em atividades típicas para a sua idade.

A IP em Portugal é um conjunto de medidas de apoio integrado, centrado na criança e na família, tendo funções de natureza preventiva e reabilitativa no âmbito da educação, da saúde e da ação social. No contexto atual da IP, cada vez mais se valoriza a influência dos contextos naturais no desenvolvimento das crianças, pelo que é cada vez mais reforçada a atenção a aspetos determinantes do desenvolvimento, nomeadamente as influências ambientais e intervenções, que vão para além duma perspetiva da IP que é mais restrita e clínica (Serrano, Pereira & Carvalho, 2003).

Segundo Campbell (2010) a IP deve objetivar a promoção da participação ativa da criança nas atividades e rotinas que ocorrem numa variedade de contextos naturais. Dunst, Raab, Trivette, e Swanson (2012) reforçam que as diferentes atividades que fazem parte do dia-a-dia das crianças consistem em experiências e acontecimentos que servem de contextos de aprendizagem e desenvolvimento e que a exploração desses acontecimentos e experiências permitem à criança conhecer as consequências do seu comportamento, aumentar e reforçar o seu sentimento de controlo e expandir os seus interesses e motivações.

O contexto natural de aprendizagem refere-se assim às atividades que acontecem no quotidiano da família e da sua comunidade, que se constituem como oportunidades para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, bem como para a promoção de competências na sua família (Dunst, & Swanson, 2006; Dunst, Trivette, & Hamby, 2007).

### 1.1. A IP no domicílio: Que evidências?

São vários os estudos que referem que o apoio no contexto domiciliário permite uma intervenção mais individualizada e responsiva às necessidades da criança e às preocupações da sua família (Dunst, Bruder, & Espe-Sherwindt, 2014; Korfmacher, et al., 2008; McWilliam, 2005; Niklas, Cohrssen, & Tayler, 2016; Serrano, 2012; Sheden & Rush, 2012). Assim, o domicílio enquanto ambiente de aprendizagem possibilita melhores resultados nas crianças, sendo um ambiente rico para o seu desenvolvimento, aprendizagem e bem-estar (Niklas, Cohrssen, & Tayler, 2016).

O domicílio é um ambiente que permite perceber quais são os costumes, os valores, as atitudes e as rotinas de cada família, aumentando assim o grau de conhecimento e familiaridade do profissional sobre estes aspetos (Fuentes, 2011).

A IP pressupõe uma colaboração efetiva entre as famílias e os profissionais. Esta colaboração deve incluir, para além de uma confiança mútua, uma relação de parceria entre o profissional e a família acerca dos resultados desejados e sobre as etapas requeridas para os alcançar. McWilliam (2012) refere que um dos fatores que contribui para a qualidade das relações entre pais e profissionais é a frequência com que comunicam. Quanto maior for esta frequência, maior é a probabilidade do desenvolvimento de confiança entre ambos.

Segundo Dunst, Trivette, e Hamby (2007), os pais que se sentem elementos ativos do processo de apoio e mais capacitados nas suas habilidades parentais serão capazes de proporcionar, aos seus filhos, melhores oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento.

McWilliam (2012) refere cinco princípios chave que os profissionais devem valorizar quando fazem visitas domiciliárias: 1) É a família que exerce maior influência sobre a criança; 2) As crianças aprendem ao longo do dia e não apenas em pequenas sessões de apoio ou terapias; 3) A IP não significa intervir semanalmente, em situação de um para um e em cenários fora dos

contextos das rotinas regulares; 4) Todas as oportunidades de aprendizagem ocorrem entre as visitas do profissional, pois são potenciadas pelos pais; 5) A criança necessita de intervenção máxima e não de serviços maximizados.

As visitas domiciliárias são consideradas assim como uma estratégia promissora para melhorar o apoio às famílias na IP, potenciando os benefícios desse mesmo apoio (Brand & Jungmann, 2014; Favez, Métral, & Govaerts, 2008).

McWilliam (2012), considera que o apoio da IP no domicílio pode definir um cenário de apoio eficaz e promotor da autoeficácia das famílias. A este nível, reforça ainda que os profissionais, ao prestar apoio no domicílio, não visitam apenas as famílias nas suas casas, mas igualmente reforçam a importância das rotinas da família e da sua variedade no desenvolvimento de oportunidades de aprendizagem para a criança.

Segundo Zero to Three (2014), os programas de visitas domiciliárias, de qualidade, podem aumentar a prontidão escolar das crianças, melhorar as habilidades dos pais para apoiar o desenvolvimento geral dos seus filhos, melhorar a saúde e o desenvolvimento infantil, melhorar a autossuficiência económica da família e produzir um retorno substancial sobre o investimento. Estes resultados positivos ajudam a melhorar a vida da criança e da família, criando vínculos, promovendo a autorregulação e a autoconfiança, estimulando a comunicação e a aprendizagem.

## 2. Metodologia de investigação

Considerando que este estudo pretende compreender, do ponto de vista do profissional, o conjunto de benefícios e fragilidades para as famílias e para o profissional, do apoio da IP no domicílio, foi utilizada uma metodologia de investigação qualitativa.

Segundo Bogdan e Biklen (2010) a metodologia qualitativa pretende compreender e documentar detalhadamente um fenómeno no seu contexto, bem como os significados atribuídos pelos sujeitos nesse mesmo contexto. Neste sentido foram delineados os seguintes objetivos de investigação: a) compreender como é que o profissional concretiza e dinamiza o apoio às famílias no domicílio; b) analisar e compreender como é que as famílias são envolvidas em todos os momentos do processo de apoio (avaliação, planificação e intervenção); c) identificar e compreender quais os aspetos positivos e as fragilidades que o profissional considera que a família percebe quando apoiada no domicílio; e d) identificar os aspetos positivos e as fragilidades que o profissional percebe pelo facto de prestar apoio às famílias no domicílio.

A escolha dos participantes foi intencional e conduzida atendendo primeiramente à maximização daquilo que se poderia aprender sobre o fenómeno em estudo (Stake, 2007). Assim a seleção dos participantes foi realizada tendo por base os seguintes critérios de seleção: a) Profissionais que integram o sistema nacional de IP da zona norte de Portugal; e b) Profissionais que fazem apoio da IP, no domicílio, há pelo menos 6 meses.

Assim participaram voluntariamente neste estudo 8 profissionais de IP da zona norte de Portugal, sete do sexo feminino e um do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 29 e os 49 anos, a quem foram atribuídos nomes fictícios. Os participantes distribuíam-se por um conjunto de formações diversificadas, sendo dois educadores de infância, um terapeuta da fala, um fisioterapeuta, um enfermeiro, um terapeuta ocupacional, e dois psicólogos (ver quadro 1).

**Quadro 1.**  
Caracterização Demográfica dos Participantes

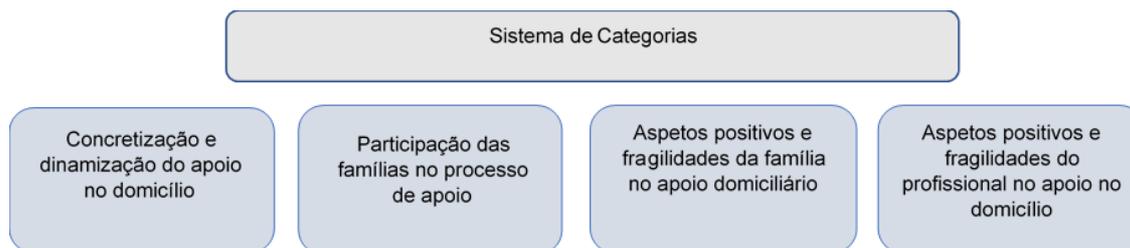
Participantes	Idade	Tipo de Formação	Habilitações Académicas	Tempo de Experiência no domicílio
Beatriz	46 Anos	Educadora de Infância	Licenciatura em Educação na Infância, e pós-graduação em Educação Especial	Desde 2006
Diana	30 Anos	Terapeuta da Fala	Licenciatura em Terapia da Fala	Há 1 ano
Helena	30 Anos	Fisioterapeuta	Licenciatura em Fisioterapia	Há 5/6 anos
Joana	46 Anos	Enfermeira	Licenciatura e Pós-licenciatura em Enfermagem	Há 2 anos
João	29 Anos	Terapeuta Ocupacional	Licenciatura em Terapia Ocupacional e Pós-graduação em Integração Sensorial	Há 6 anos
Madalena	49 Anos	Educadora de Infância	Licenciatura em Educação na Infância e cursos de especialização em Educação Especial no domínio Cognitivo/Motor e em IP	Há 10 anos
Margarida	35 Anos	Psicóloga	Licenciatura em Psicologia e Mestrado em Psicologia da Educação	Há 8 anos
Maria	39 Anos	Psicóloga	Licenciatura em Psicologia Clínica e especialização em Psicanálise	Há 4 anos

O instrumento de recolha de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada contém questões profundas, formuladas de forma a permitir que o sujeito exteriorize os seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados em estudo (Bogdan & Biklen, 2010; Stake, 2007).

Previamente à realização das entrevistas foi realizado um guião com questões sobre os temas previamente estabelecidos pelo investigador, de forma a responder aos objetivos do estudo (Boni & Quaresma, 2005). Este guião foi validado por um perito em IP e por dois profissionais de IP que cumpriram os critérios de inclusão no estudo, mas que não foram incluídos no mesmo como participantes. Segundo Bogdan e Biklen (2010) a validação do guião permite fazer uma avaliação sobre a linguagem empregue, a compreensão das perguntas utilizadas pelo entrevistador e a verificação da necessidade de alteração ou de incorporação de questões ao guião original. Segundo as orientações dos participantes neste processo de validação do guião foram feitas alterações na estrutura, na linguagem utilizada, bem como na forma como as questões eram expostas.

A análise dos dados obtidos neste estudo foi feita através da análise de conteúdo. A análise de conteúdo é o processo de procura e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais, com o objetivo de aumentar a compreensão do conteúdo desses materiais (Bardin, 2011).

Após a transcrição das perspetivas dos participantes foi definido um sistema de categorias, através da análise dedutiva, que se alicerçou na revisão da literatura consultada e nos objetivos definidos para este estudo. O sistema de categorias definido pode ser consultado na figura 1.



**Figura 1.** Sistema de categorias

No sentido de assegurar o rigor científico e a credibilidade do estudo (Bell, 2016; Coutinho, 2011) foram utilizados os critérios de credibilidade, através da técnica de revisão por parte dos participantes; de confirmabilidade e consistência, através do uso de um diário reflexivo; e de transferibilidade, através de uma descrição detalhada de todas as particularidades deste estudo empírico.

### 3. Apresentação e discussão dos dados

Os dados serão apresentados cruzando as perspectivas dos vários participantes, tendo por base o sistema de categorias definido anteriormente.

#### 3.1. Concretização e dinamização do apoio no domicílio

A maioria dos profissionais referiu que, para que se possa concretizar de forma efetiva o apoio aos pais no domicílio, os pais devem ser incentivados e capacitados para a importância da sua participação ativa em todo o processo de apoio. Saliaram assim a necessidade de potenciar as suas competências e em simultâneo prestar-lhes um conjunto de informações e estratégias que os ajude a promover esse nível de participação.

A participação da família no processo de apoio na IP é valorizada por Solish, Perry, e Shine (2015), que consideram que, através de um apoio adequado, muitos pais aprendem ou reforçam o seu papel como agentes ativos de mudança e de promoção do desenvolvimento dos seus filhos. Esta perspectiva é reforçada por Hwang, Chao e Liu (2013), que consideram que capacitar e corresponsabilizar as famílias revela-se uma estratégia eficaz e promotora para o desenvolvimento.

Quanto à forma de como integram as rotinas no apoio, a maioria dos profissionais consideraram que é muito importante que o apoio seja feito nas rotinas. Referiram que por vezes integram o apoio na rotina em que a criança está ou então são os próprios pais que pedem ajuda numa rotina em específico. Neste sentido um participante referiu: "(...) todas as atividades que faço são sempre nas rotinas (...) são oportunidades ótimas para promover o desenvolvimento".

Esta perspectiva é consonante com o estudo de Dunst, Bruder, Trivette, e Hamby (2006) onde é demonstrado que se o profissional utilizar as rotinas da criança, como oportunidades de aprendizagem, esta terá resultados mais positivos no seu desenvolvimento. Spagnola e Fiese (2007) defendem que as rotinas da família são um fator muito importante a ter em conta quando se intervém no contexto domiciliário. Nos primeiros anos de vida, são as rotinas da vida familiar que vão permitir o desenvolvimento da criança. Bruder (2010) acrescenta ainda que as intervenções devem ter em conta as rotinas e outras situações quotidianas que envolvam a participação ativa da criança na aprendizagem e sirvam para fortalecer as competências existentes e promover novas competências.

No que diz respeito aos materiais que costumam utilizar no apoio, todos os profissionais afirmaram utilizar os objetos e brinquedos que a família tem em casa. A este nível uma participante reforçou: "(...) os materiais que uso durante o apoio são mais os materiais que tiver lá por casa, são os materiais da própria criança". Esta ideia é congruente com as perspectivas de Bagnato (2007) e Grisham-Brown e Pretti-Frontczak (2011), que defendem que o apoio deve

ocorrer nos contextos naturais da criança e da família, e deve usar-se nesse apoio os materiais que fazem parte desses mesmos contextos. Sheden e Rush (2012) reforçam que, quando a criança se envolve com objetos que para ela são mais interessantes, esta vai ficar envolvida durante mais tempo na atividade que está a desempenhar, tirando daí benefícios muito significativos para a sua aprendizagem.

No entanto, através dos resultados obtidos, é possível perceber que apesar de todos os profissionais utilizarem os materiais presentes nos contextos naturais da criança, alguns ainda continuam a levar material consigo, tendo um dos participantes dito: "(...) tento conjugar o que a família tem com o que levo". Grisham-Brown e Pretti-Frontczak (2011) mencionam que a não-familiaridade da criança com os materiais utilizados pode afetar o seu desempenho nas atividades e dinâmicas propostas.

Outro aspeto valorizado pelos profissionais relativamente à concretização e dinamização do apoio no domicílio prende-se com a resposta às preocupações e prioridades da família, tal como demonstrado por um dos participantes: "(...) as minhas preocupações são as preocupações da família". Dunst e Trivette (2009) e Almeida (2011) defendem que o apoio da IP deve ser responsivo e dar resposta às preocupações e prioridades da família para que esta possa constituir-se como um elemento ativo e participativo do processo de apoio.

### **3.2. Participação das famílias no processo de apoio**

No que diz respeito à participação das famílias na avaliação da criança, todos os profissionais afirmaram que as famílias são bastante presentes e participativas. A maioria destes acrescentou que é a partir da participação das famílias que se obtêm informações importantes sobre a criança e sobre a sua família. Neste sentido, um dos participantes referiu que a família "(...) é a base essencial (...) há sempre pormenores (...) que vamos perguntando no dia-a-dia da criança que podem revelar potencialidades num sentido e dificuldades noutra sentido".

Este ponto de vista é concordante com Graça, Teixeira, Lopes, Serrano, e Campos (2010) que mencionam que a avaliação pode ser enriquecida pelo conhecimento que os pais têm da criança, tornando a perceção do profissional mais holística. A avaliação realizada pelos pais não só permite recolher informações relativas à criança como também indica expectativas, frustrações, rotinas e formas de estabelecer relações com o seu filho. Também Serrano e Pereira (2011) afirmam que o envolvimento dos pais na avaliação do desenvolvimento dos seus filhos permite desenvolver relações entre os pais e os profissionais, promovendo a precisão e a validade dos resultados.

Quanto à participação das famílias na elaboração do Plano Individual de Intervenção Precoce (PIIP), todos os profissionais concordaram que a família é indispensável na sua elaboração, explicando que este é construído pelos profissionais em conjunto com a família. A família exprime as suas preocupações e prioridades, e em conjunto com o profissional elaboram os objetivos do PIIP. Um dos participantes salienta que a família "(...) é fundamental (...) todos os objetivos traçados têm por base as intenções da família (...) tentamos trabalhar em conjunto".

Tal perspetiva é confirmada por P.J. McWilliam (2003) que defende que a família é o elemento principal e o mais imprescindível da equipa que elabora, implementa e faz a revisão do PIIP, tornando-se também determinante para a qualidade dos apoios prestados em IP. Serrano e Boavida (2011) acrescentam que o facto de os pais serem quem melhor conhece a criança e também quem conhece os pontos fortes, preocupações e prioridades do seu agregado familiar, faz com que estes sejam vistos como um recurso extremamente importante e imprescindível ao longo de todo o processo de apoio.

No entanto, no que diz respeito ao processo de elaboração do PIIP, Almeida (2011) e Bailey et al. (2004) indicam a existência de défices no envolvimento e participação ativa dos membros da família, reforçando que um número significativo de famílias apoiadas pela IP desconheciam a existência do PIIP.

Todos os profissionais afirmaram também que as famílias são muito participativas no apoio. Um participante referiu que "(...) a família é muito ativa no apoio que faz à criança (...) deixo-a trabalhar (...) quando eu lá estou, a família está sempre presente". Dunst, Bruder e Espe-Sherwindt (2014) declaram que quanto mais os pais estiverem realmente envolvidos no processo de apoio, melhores serão os resultados obtidos quer para a família quer para a criança. É através do seu envolvimento no apoio que estes vão reforçar as suas competências para apoiar a sua criança.

Relativamente à participação da família um dos profissionais referiu que "(...) existem famílias que participam mais ativamente neste processo e há outras famílias que participam menos ativamente". Grisham-Brown e Pretti-Frontczak (2011) salientam que o envolvimento familiar no processo de avaliação é um componente necessário para uma intervenção bem-sucedida na primeira infância. No entanto, esse envolvimento deve ser respeitado como uma escolha das famílias, pois estas podem optar por participar neste processo de acordo com diferentes níveis. Outro profissional acrescentou ainda que as famílias participam mais no apoio no contexto domiciliário do que nos outros contextos, mostrando-se assim mais interessados no apoio. Dunst, Bruder e Espe-Sherwindt (2014) validam esta perspetiva explicitando que a família privilegia o apoio prestado no domicílio.

### **3.3. Aspetos positivos e fragilidades do apoio domiciliário para as famílias**

No que diz respeito aos aspetos positivos que as famílias sentem por estarem a ser apoiadas no contexto domiciliário, a maioria dos profissionais apontou que este é um ambiente mais recatado e privado que permite às famílias sentimentos de maior segurança e proteção. Acrescentaram também que neste contexto as famílias sentem uma maior proximidade com o profissional. Um dos participantes evidencia que neste contexto, "(...) a família vê como uma... uma ajuda muito grande (...) não tem tantas barreiras (...) acabam por estar na envolvimento deles, sobre o domínio deles e isto faz com que as resistências também baixem".

Esta interpretação é consonante com o Early Head Start National Resource Center (2004) que refere que no contexto domiciliário, a família sente-se mais confortável e, por isso, torna-se mais fácil conhecê-la e estabelecer uma relação de confiança e cooperação. De acordo com Korfmacher et al (2008) as famílias consideram igualmente importante a construção de uma relação de empatia e amizade com os profissionais, pois sentem que têm ali alguém que se preocupa com elas e que está disposto a ouvi-las.

Já quanto às fragilidades sentidas pela família, os profissionais referiram que as famílias se sentem constrangidas em recebe-los nas suas casas, pois não é fácil falar da sua privacidade com um estranho, tal como mostra a perspetiva deste participante: "(...) as pessoas sentem-se, algo constrangidas quando ainda não perceberam a importância e o que nós lá estamos a fazer (...) que nós queremos ajudar e não prejudicar". Um dos profissionais apontou também uma questão importante, dizendo que para os pais, por vezes torna-se difícil acompanhar a criança em casa devido ao tempo despendido no seu próprio emprego.

Portugal e Santos (2003) evidenciam que alguns pais preferem inicialmente conhecer os profissionais e só depois ter apoio da IP no domicílio, para assim não sentirem que estão a ser invadidos por alguém que lhes é estranho. Rafael e Piscalho (2016) afirmam também que os pais, por motivos profissionais que os leva frequentemente a níveis de exaustão consideráveis, apresentam, por vezes, uma menor predisposição para interagir com os seus filhos, revelando indisponibilidade para o apoio mesmo no período pós-laboral.

### **3.4. Aspetos positivos e fragilidades do apoio no domicílio para o profissional**

Quanto aos aspetos positivos que os profissionais sentem por estarem a apoiar no domicílio a maioria dos participantes referiu que, neste contexto, é possível o contacto direto e a proximidade com a família, estabelecendo assim uma relação mais positiva com os pais, tal como nos mostra a perspetiva deste participante: "(...) acho que a família se sente apoiada por nós (...) há uma certa proximidade na relação entre a família e a equipa (...) Como profissionais, sentimos-nos

bem neste relacionamento próximo com a família”. Explica também que este ambiente permite “(...) conhecer melhor as rotinas deles (...)” e perceber o que realmente acontece nesses momentos.

Este ponto de vista é congruente com os resultados do estudo de Hanft e Pilkington (2000) que referem que o profissional, estando presente no contexto natural da criança e em conjunto com a família, consegue perceber quais são os contextos em que a família passa mais tempo e quais os utensílios domésticos e brinquedos que podem utilizar para o desenvolvimento de competências na criança. Silva (2000) aponta também que o facto de o profissional estar integrado e ter acesso a um espaço privilegiado da família, como é o domicílio, permite-lhe uma compreensão mais profunda das preocupações e prioridades da mesma, aspetos essenciais para uma intervenção centrada na família.

Já quanto às fragilidades sentidas pelos profissionais, a maioria mais uma vez apontou a dificuldade que sente em entrar na casa das famílias pois sentem que estão a invadir a privacidade das famílias e não sabem se estas vão corresponder, tal como nos mostra este participante: “(...) ainda que seja uma mais valia, sem dúvida, muitas vezes é desgastante (...) depende das famílias. (...) Sentimo-nos um bocadinho constrangidos porque estamos a entrar no espaço que é de outra pessoa”. Alguns profissionais apontaram também o pouco tempo de acompanhamento e o tempo gasto nas deslocações entre os domicílios.

Esta ideia é coerente com a perspetiva de Hanft e Pilkington (2000) que também referiram que os profissionais de IP podem, no início, sentir-se desconfortáveis ao entrar no domicílio das famílias. No seu estudo, Rafael e Piscalho (2016) referem que o constrangimento mais sentido pelos profissionais no apoio domiciliário prende-se com o número insuficiente de horas que estes têm para apoiar as famílias.

#### **4. Conclusões**

Através das perspetivas partilhadas pelos profissionais nesta investigação, é notório que os profissionais consideram que os pais devem ser incentivados e capacitados para uma participação ativa no processo de apoio, realçando ainda a necessidade de potenciar as suas competências e passar-lhes informações e estratégias que os incentive à participação. Este dado é apoiado por Solish, Perry, e Shine (2015) que referem que a participação ativa da família no processo de apoio reforça o seu papel como agente ativo de mudança e de promoção e desenvolvimento dos seus filhos. Hwang, Chao e Liu (2013) acrescentam que capacitar e corresponsabilizar as famílias revela-se uma estratégia eficaz e promotora de desenvolvimento.

Paralelamente, foi também perceptível que os participantes deste estudo julgam ser importante que o apoio seja prestado nos momentos de rotina das famílias. Bruder (2010) refere que o apoio deve ter em conta as rotinas pois estas incentivam a participação ativa da criança e promovem oportunidades de aprendizagem.

No que concerne aos materiais a serem utilizados durante o apoio, conclui-se que devem ser utilizados os objetos e brinquedos que a criança tem em casa, dado que é corroborado por Grisham-Brown e Pretti-Frontczak (2011).

Um dos dados deste estudo que nos importa realçar é o facto e todos os participantes deste estudo considerarem que as famílias são elementos fundamentais e participativos na avaliação da criança, na elaboração do PIIP e no apoio. Dunst, Bruder, e Espe-Sherwindt (2014) consideram que é através do envolvimento dos pais no apoio que é possível reforçar as suas competências e promover o desenvolvimento da criança.

Os participantes definem igualmente que o domicílio é um contexto onde as famílias se sentem seguras, segurança esta que se traduz num maior envolvimento em todo o processo. Esta perspetiva é valorizada por Dunst, Bruder, e Espe-Sherwindt (2014), que advogam o contexto domiciliário como facilitador da participação dos pais no processo de apoio na IP.

Assim podemos concluir que o apoio prestado no domicílio, cria desafios e vitórias, de construção e reconstrução da aprendizagem, do conhecimento e da qualidade de vida de todos os envolvidos neste processo.

Como limitações deste estudo destaca-se a dificuldade em identificar estudos de investigação, em bases de dados internacionais, que abordassem as perspetivas dos profissionais sobre o apoio domiciliário, pois a maioria dos estudos encontrados analisavam apenas as perspetivas da família ou outros cuidadores em relação a este fenómeno.

Para futuros estudos de investigação sugerimos a análise da complementaridade de pais e de profissionais, acerca do apoio domiciliário, para que seja possível perceber aproximações ou diferenciações entre estas perspetivas, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade das práticas prestadas neste contexto.

## 5. Agradecimentos

“Este trabalho é financiado pelo CIEd - Centro de Investigação em Educação, projeto UID/CED/01661/2019, Instituto de Educação, Universidade do Minho, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.”

## 6. Referências bibliográficas

- Almeida, I. C. (2011). A intervenção centrada na família e na comunidade: O hiato entre as evidências e as práticas. *Análise Psicológica*, 1(XXIX), 5-25.
- Bagnato, J. S. (2007). *Authentic assessment for early childhood intervention: best practices*. New York: The Guilford Press.
- Bailey, D. B. Jr., Hebbeler, K., Scarborough, A., Spiker, D., & Mallik, S. (2004). First experiences with early intervention: A national perspective. *Pediatrics*, 113(4), 887-896.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bell, J. (2016). *Projeto de pesquisa: Guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2010). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrónica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80.
- Brand, T., & Jungmann, T. (2014). Participant characteristics and process variables predict attrition from a home-based early intervention program. *Early Childhood Research Quarterly*, 29(2), 155-167.
- Bruder, M.B. (2010). Early childhood intervention: A promise to children and families for their future. *Exceptional Children*, 76(3), 339-355.
- Campbell, P. (2010). Participation-based services: Promoting children's participation in natural settings. *Young Exceptional Children*, 8(1), 20-29.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina Editora.
- Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de Outubro. *Diário da República nº193 – I Série*. Ministério da Educação. Lisboa.
- Dunst, C. J., Bruder, M. B., Trivette, C. M., & Hamby, D. W. (2006). Everyday activity settings, natural learning environments, and early intervention practices. *Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities*, 3(1), 3-10.
- Dunst, C. J. & Swanson, J. (2006). Parent-mediated everyday child learning opportunities: II. Methods and procedures. *CaseinPoint*, 2(11), 1-19.
- Dunst, C. J., Trivette, C. M., & Hamby, D. W. (2007). Meta-analysis of family-centered helping practices research. *Mental Retardation and Developmental Disabilities*, 13(4), 370-378.
- Dunst, C. J., & Trivette, C. M. (2009). Capacity-building family-systems intervention practices. *Journal of Family Social Work*, 12(2), 119-143.

- Dunst, C. J., Raab, M., Trivette, C. M., & Swanson, J. (2012). Oportunidades de aprendizagem para a criança no quotidiano da comunidade. In R. A. McWilliam (Ed), *Trabalhar com as Famílias de Crianças com Necessidades Especiais* (pp. 73-106). Porto: Porto Editora.
- Dunst, C. J., Bruder, M. B., & Espe-Sherwindt, M. (2014). Family capacity-building in early childhood intervention: Do context and setting matter? *School Community Journal*, 24(1), 37-48.
- Early Head Start National Resource Center (2004). *Home Visitor's Handbook for the Head Start Home-Based Program Option* [documento PDF]. Recuperado a 20 de novembro de 2016, de <http://homevisiting.org/assets/Head%20Start%20Home-Based%20Program%20Option%20Handbook.pdf>.
- Favez, N., Métral, E., & Govaerts, P. (2008). Parental satisfaction with a home-based intervention for developmentally delayed children in Switzerland: A Survey over a 10-year Period. *Child Care in Practice*, 14(2), 147-163.
- Fuertes, M. (2011). A outra face da investigação: Histórias de vida e práticas de intervenção precoce. *Da Investigação às Práticas*, 1(1), 89-109.
- Graça, P., Teixeira, M., Lopes, S., Serrano, A., & Campos, A. (2010). O momento da avaliação na intervenção precoce: Estudo das qualidades psicométricas ASQ-2 dos 30 aos 60 meses. *Rev. Bras. Ed. Esp.* 16(2), 177-196.
- Grisham-Brown, J., & Pretti-Frontczak, K. (2011). *Assessing young children in inclusive settings: The blended practices approach*. Baltimore: Paul H. Brookes.
- Hanft, B. e Pilkington, K. (2000). Therapy in natural environments: The means or end goal for early intervention? *Infants and Young Children*, 12(4), 1-13.
- Hwang, A. W., Chao, M. Y., & Liu, S. W. (2013). A randomised controlled trial of routines-based early intervention for children with or at risk for developmental delay. *Research in Developmental Disabilities*, 34(10), 3112-3123.
- Korfmacher, J., Green, B. L., Staerckel, F., Peterson, C., Cook, G., Roggman, L., Faldowski, R., & Schiffman, R. (2008). Parent involvement in early childhood home visiting. *Child and Youth Care Forum*, 37, 171-196.
- McWilliam, P. J. (2003). Planos de intervenção centrados na família. In P. J. McWilliam, P. J. Winton, & E. R. Crais (Eds), *Estratégias práticas para a intervenção precoce centrada na família* (pp. 111-138). Porto: Porto Editora.
- McWilliam, R. (2005). Home-based services. In M. Wolery, R. McWilliam, & D. Bailey. *Teaching infants and preschoolers with disabilities*. Columbus, OH: Merrill.
- McWilliam, R. A. (2012). Visitas domiciliárias de apoio. In R. A. McWilliam (Ed), *Trabalhar com Famílias de crianças com necessidades especiais* (pp. 227-262). Porto: Porto Editora.
- Niklas, F., Cohrssen, C., & Tayler, C. (2016). Parents supporting learning: A non-intensive intervention supporting literacy and numeracy in the home learning environment. *International Journal of Early Years Education*, 24(2), 121-142.
- Portugal, G. & Santos, P. (2003). A abordagem experimental em intervenção precoce. Na formação, supervisão e intervenção. *Psicologia*, 17(1), 161-177.
- Rafael, S. & Piscalho, I. (2016). A intervenção precoce na infância e o(s) percurso(s) para a inclusão: um estudo de caso. *Interações*, 12(41), 51-72.
- Serrano, A. (2012). Deixa-me fazer e eu aprendo: A aprendizagem da criança mediada pelos pais/prestadores de cuidados em contextos naturais. *Revista Diversidades*, 35, 10-12.
- Serrano, A. M., Pereira, A. P., & Carvalho, M. L. (2003). Oportunidades de Aprendizagem para a Criança nos seus Contextos de Vida. *Psicologia*, 17(1), 65-80.
- Serrano, A. M., & Boavida, J. (2011). Early childhood intervention: The portuguese pathway towards inclusion. *Revista Educación Inclusiva*, 4(1), 123-138.
- Serrano, A. M., & Pereira, A. P. (2011). Parâmetros recomendados para a qualidade da avaliação em intervenção precoce. *Revista Educação Especial*, 24(40), 163-80.
- Sheden, M. L., & Rush, D. D. (2012). Uma abordagem de coach principal no trabalho de equipa e com famílias em intervenção precoce. In R. A. McWilliam, *Trabalhar com as famílias de crianças com necessidades especiais* (pp. 197-225). Porto: Porto Editora.
- Silva, L. F. (2000). *Ação Social na área da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Solish, A., Perry, A., & Shine, R. (2015). The parent involvement questionnaire: Measuring parents' involvement in behavioural intervention for their children with an autism spectrum disorder. *Journal on Developmental Disabilities*, 21(1), 34-44.

- Spagnola, M., & Fiese, B. H. (2007). Family routines and rituals a context for development in the lives of young children. *Infants & Young Children*, 20(4), 284–299.
- Stake, R. E. (2011). *Pesquisa qualitativa: Estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso.
- Zero to Three. (2014). *The research case for home visiting* [documento PDF]. Recuperado a 24 de novembro de 2016, de <https://www.zerotothree.org/resources/144-the-research-case-for-home-visiting#downloads>